

Conversações de paz interrompidas em Roma

por Tomás Vieira Mário, da AIM

N. 11/11/91

As negociações de paz entre o Governo moçambicano e a Renamo encontram-se paralisadas desde sexta-feira última, em consequência da falta de entendimento entre as duas partes, relativamente aos princípios a serem estabelecidos para a implementação do multipartidarismo no país.

A paralisação, que já se desenhava desde os meados da semana, consumou-se quando na sessão plenária de sexta-feira, a Renamo apresentou formalmente um novo documento de proposta de princípios para a constituição dos partidos políticos, que o Governo terá rejeitado integralmente.

A submissão deste novo documento ao debate, por parte da Renamo, terá sido surpresa para o Governo, visto que havia já duas semanas que as duas partes discutiam uma outra proposta, igualmente submetida pela Renamo, e que o Governo considerava boa base de trabalho.

Dada a rejeição clara do Governo

ao último documento da Renamo, é de crer ele seja substancialmente diferente do primeiro, que o Governo havia acolhido com interesse.

Resta saber as razões que levaram a Renamo a substituir um documento já em discussão, por um novo, com outros elementos, que o Governo considera inaceitáveis.

Segundo informações recolhidas em Roma, a Renamo teria adiantado, desta vez, sugestões completamente novas, que teriam voltado a levantar as questões de princípio que provocaram o protocolo de princípios políticos rubricado a 18 de Outubro.

Na base deste protocolo, a Renamo reconhecia, ainda que implicitamente,

o Estado, o Governo e as leis fundamentais do país, no âmbito das quais se comprometem a desenvolver a sua luta política, após a cessação das hostilidades militares.

Numa nova postura, que respondia ao espírito deste protocolo, a Renamo aceitava, de forma expressa, na sua primeira proposta de princípios, que o registo dos partidos políticos fosse efectuado pelo Governo, eventualmente na base de um sistema de garantias de transparência envolvendo a futura comissão de supervisão e controlo do período de transição.

Segundo foi sugerido à AIM em Roma, as duas partes tinham posições muito próximas relativamente às questões de fundo adiantadas naquele documento, e os debates que prosseguiriam seriam em torno de um número "relativamente sustentável" de pontos controversos.

Dá-se assim a entender que neste seu aparente "volte-face" a Renamo terá voltado a questionar a base da ordem estabelecida no país, em que procuraria reduzir o Governo ao Partido Frelimo, colocando as duas partes em pé de igualdade, naquilo que seria uma partilha de poder camuflada, até às eleições gerais.

Porém, não está clara a forma com a mediação procurará quebrar o impasse, mas as duas delegações mantêm-se em Roma.

Entretanto, o chefe da delegação governamental às negociações de paz, Armando Guebuza, negou que o seu encontro de sexta-feira, em Roma, com o Primeiro-Ministro português, Cavaco Silva, tivesse alguma relação com o convite à Renamo a uma participação directa portuguesa no diálogo pela paz.

Segundo Guebuza, Ministro dos Transportes e Comunicações, nem a delegação que chefia, nem o chefe do Governo português trocaram "uma única palavra" a respeito da proposta da Renamo, no encontro que surgiu na sequência dos "contactos regulares" que o Presidente Joaquim Ghisano tem mantido com Cavaco Silva.

Cavaco Silva, que se encontrava em Roma a participar na cimeira da NATO, recebeu igualmente a equipa dos mediadores do processo de paz moçambicano.